LGPD e Eca Digital na Prática Municipal: Conflitos, Proteção de Crianças Vulneráveis e Deveres das Prefeituras

Datas

14/10/2026 14h - 17h
15/10/2026 09h - 11h45min
15/10/2026 13h45min - 17h
16/10/2026 09h - 11h

Programa

1. LGPD
2. O ECA DIGITAL
2.1. Motivação e principais conceitos
2.2. Resoluções nº 245/2024 e 257/2024, do CONANDA
3. LGPD X ECA DIGITAL: O DESAFIO DA VERIFICAÇÃO DE IDADE SEM COLETAR DADOS EM EXCESSO
3.1. A exigência do ECA Digital: O dever de adotar mecanismos confiáveis para verificar a idade em serviços e conteúdos restritos a menores.
3.2. A regra do "mínimo necessário" na LGPD: Por que a prefeitura e os sistemas contratados não podem exigir documentos ou dados excessivos para checar a idade de um estudante ou munícipe.
3.3. O risco do cadastro em massa: Como comprovar a faixa etária sem criar bancos de dados invasivos, cadastros desproporcionais ou perfilamento de crianças.
4. CONTROLE PARENTAL E SUPERVISÃO DIGITAL: O PAPEL DA PREFEITURA E DAS FAMÍLIAS
4.1. Ferramentas de controle parental: Como funcionam as ferramentas de supervisão e a vinculação obrigatória de contas de menores de 16 anos aos seus responsáveis legais.
4.2. Proteção por padrão (*Privacy by Design*): A exigência de que softwares escolares, aplicativos municipais e redes de Wi-Fi públicas já venham configurados no nível máximo de privacidade por padrão.
4.3. Orientação às famílias no município: O papel das Secretarias de Educação, CRAS, CREAS e Conselhos Tutelares no letramento digital e na orientação de pais sobre o uso seguro de telas.
5. CRIANÇAS VULNERÁVEIS E COMUNICAÇÃO OFICIAL: O PERIGO DA EXPOSIÇÃO NAS REDES DA PREFEITURA
5.1. O problema da exposição pública: Riscos éticos e legais de publicar fotos e vídeos de crianças acolhidas, em situação de vulnerabilidade ou atendidas no CRAS/CREAS no Instagram e Facebook da prefeitura.
5.2. A violação do "Melhor Interesse": Por que a busca por curtidas e a divulgação de marketing governamental não podem atropelar o direito à imagem, à dignidade e à privacidade da criança (art. 14 da LGPD).
5.3. Guia prático para a assessoria de imprensa: Como divulgar políticas públicas, eventos e festividades municipais protegendo a identidade de crianças e adolescentes.
6. ONDE A LGPD E O ECA DIGITAL SE ENCONTRAM E ONDE ELES SE AFASTAM
6.1. Pontos de Encontro (Convergências entre as leis):

- O princípio do Melhor Interesse: A prioridade absoluta da proteção infantil como filtro para qualquer atividade de tratamento de dados (art. 14 da LGPD e ECA Digital).

- Fim da exploração comercial e do perfilamento: A proibição categórica de usar dados de crianças para criar perfis comportamentais ou direcionar propaganda.

- Fiscalização unificada: A atuação central da Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD) na regulação e aplicação de sanções no ambiente digital.

6.2. Pontos de Afastamento (Tensões e Conflitos Práticos):
- Checagem de Idade vs. Minimização: O ECA Digital exige confirmação de idade, enquanto a LGPD proíbe a retenção e o uso secundário desses mesmos dados para outras finalidades.

- Consentimento dos Pais vs. Atuação Direta do Estado: A ilusão de que a autorização dos pais resolve tudo, em contraste com o entendimento da ANPD (Enunciado nº 1/2023) de que o Estado deve atuar diretamente com base na lei para prestar serviços públicos essenciais.

- Vigilância Parental vs. Autonomia Progressiva: O limite entre o direito dos pais de monitorar os filhos no ECA Digital e o direito do adolescente ao livre desenvolvimento da personalidade e à privacidade garantido pela LGPD.

7. O INCIDENTE DE SEGURANÇA ENVOLVENDO CRIANÇAS
7.1. Como identificar um incidente de segurança envolvendo crianças
7.2. O que fazer nestes casos?
7.3. Onde que o ECA, a LGPD e as normas de Segurança se encontram
7.4. O papel da ANPD na aplicação do ECA DIGITAL

Público-Alvo

Prefeitos, Secretários Municipais (especialmente de Comunicação, Assistência Social, Educação e Saúde), Conselheiros Tutelares, equipes do CRAS e CREAS, Controladores Internos, Vereadores, Assessores de Imprensa e todos os servidores públicos envolvidos no atendimento a famílias e na gestão de portais e redes sociais oficiais.

Investimento Individual

Para órgãos e entidades assinantes dos informativos do IGAM - Modalidade Online	***R$*690,00**
Para órgãos e entidades não assinantes dos informativos do IGAM - Modalidade Online	***R$*790,00**
Para órgãos e entidades assinantes dos informativos do IGAM - Modalidade Presencial	***R$* 1.250,00**
Para órgãos e entidades não assinantes dos informativos do IGAM - Modalidade Presencial	***R$* 1.500,00**

Professores

ANA ISABEL MENDES

Advogada, Mestra em Direito com distinção e louvor pela Universidade de Passo Fundo. Consultora em Proteção de Dados na Administração Pública e Gestora em Privacidade. Ex Assessora de Desembargador Federal no Tribunal Regional Federal da 2ª Região (TRF2). Professora e Palestrante nas áreas de Proteção de Dados e Direito Digital no Poder Público. Professora Facilitadora na Escola Nacional de Administração Pública (ENAP). Membro da Comissão de Proteção de Dados e Privacidade da OAB/RS e da Associação Brasileira de Governança Pública de Dados Pessoais – GovDados. Pesquisadora e escritora nas áreas de ensino e proteção de dados, com obras e artigos nacionais e internacionais publicados nas respectivas áreas.

ROGER ARAÚJO MACHADO

Bacharel em Direito pela Universidade Federal do Piauí (UFPI), pós-graduado em Direito Urbanístico e Ambiental pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC Minas). É geógrafo e mestrando em Geografia pela Universidade federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Já atuou como advogado e exerceu cargos de Assessor Jurídico, Assessor Técnico e membro da comissão de licitações em diversos órgãos públicos, como Secretaria da Assistência Social e Companhia de Habitação (COHAB). Consultor e instrutor de cursos do IGAM em diversos temas do direito público, meio ambiente, urbanismo, assistência social, saúde, educação, acesso à informação, entre outros assuntos.

Observações

Empenho

O empenho deverá ser feito em nome de Instituto Gamma de Assessoria a Órgãos Públicos LTDA - IGAM. CNPJ: 01.484.706/0001-39

Inscrição

A inscrição é assegurada mediante pagamento e/ou cópia de empenho encaminhada para cursos@igam.com.br.

Certificados

Os certificados serão disponibilizados no Portal do Aluno, através do link aluno.igam.com.br, após a realização do curso